

Banco Fator S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fator S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador
CRC nº 1 SP 241659/O-9

Banco Fator S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2018 e 2017

Banco Fator S.A. e Empresas Controladas

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS (International Financial Reporting Standards) do Banco Fator S.A. e Empresas Controladas., acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017.

A Diretoria

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
DISPONIBILIDADES	4	4.770	1.467
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	193.051	52.514
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		<u>356.030</u>	<u>344.094</u>
Títulos e valores mobiliários	6	356.030	343.006
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	1.088
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		<u>232.039</u>	<u>200.121</u>
Títulos e valores mobiliários	6	232.039	200.121
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		<u>186.081</u>	<u>180.709</u>
Títulos e valores mobiliários	6	102.882	89.827
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	60.128	82.705
Outros recebíveis	9	23.071	8.177
OUTROS ATIVOS	10	387.308	391.446
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		<u>55.234</u>	<u>68.625</u>
Correntes	20	26.661	37.542
Diferidos	20	28.572	31.083
ATIVO TANGÍVEL	12	3.512	4.343
ATIVO INTANGÍVEL	13 e 14	8.740	9.860
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.426.764</u></u>	<u><u>1.253.179</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		<u>560.687</u>	<u>423.118</u>
Depósitos de instituições financeiras	15	6.898	15.221
Depósitos de clientes	16	510.457	363.532
Obrigações por títulos e valores mobiliários	17	13.661	14.303
Outros passivos financeiros	18	29.671	30.062
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	-	600
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	19	362.300	374.350
PASSIVOS FISCAIS		<u>13.129</u>	<u>8.431</u>
Correntes	20	13.129	8.431
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21	161.513	155.545
PROVISÕES		<u>6.676</u>	<u>10.109</u>
Provisões para riscos, compromissos e outras provisões	22	6.676	10.109
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.104.305</u>	<u>972.153</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	290.013	250.011
Reservas	23	32.037	31.769
Ajuste de avaliação patrimonial		410	(754)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>322.460</u>	<u>281.026</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.426.764</u>	<u>1.253.179</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receitas com juros e similares	24	63.223	92.056
Despesas com juros e similares	25	(35.218)	(63.165)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES		28.005	28.891
Receitas de tarifas e comissões	26	50.409	38.336
Despesas de tarifas e comissões	26	(3.996)	(5.084)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	23.843	24.754
Prêmios de seguros	28	183.398	157.891
Sinistros ocorridos	29	(8.780)	(66.252)
Resultado de operações com resseguros	30	(96.116)	(41.646)
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(35.613)	(30.792)
TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		141.151	106.098
Despesas com pessoal	32	(75.768)	(82.306)
Outras despesas administrativas	33	(34.987)	(38.666)
Despesas tributárias	34	(14.120)	(15.909)
Depreciação e amortização		(4.195)	(3.827)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e		4.358	15.167
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(6.084)	(3.735)
Resultado na alienação de ativos não circulantes		(2)	(30)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		10.353	(23.208)
Impostos sobre a renda	20	(10.085)	(13.300)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		268	(36.508)
Lucro (Prejuízo) atribuível à controladora		268	(36.508)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		0,05	(7,07)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Exercício	268	(36.508)
Outros resultados abrangentes:		
Investimentos financeiros por meio dos resultados abrangentes	<u>1.163</u>	<u>(88)</u>
Avaliação ao valor justo	2.115	(160)
Imposto de renda diferido	(952)	72
Total dos Resultados Abrangentes	<u>1.431</u>	<u>(36.596)</u>
Atribuível à controladora	<u>1.431</u>	<u>(36.596)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a Realizar	Reservas de lucros		Resultado abrangente	Lucro (prejuízos) acumulados	Total atribuível ao controlador
			Legal	Estatutária	Ajuste de valor patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	-	18.450	73.327	(666)	-	341.122
Aumento de capital (Nota 23a)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	(88)	-	(88)
Dividendos (Nota 23b)	-	-	-	(23.500)	-	-	(23.500)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	(36.508)	(36.508)
Destinação do resultado:							
- Absorção de prejuízo	-	-	-	(36.508)	-	36.508	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.011	-	18.450	13.319	(754)	-	281.026
Mutações do exercício	-	-	-	(60.008)	(88)	-	(60.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.011	-	18.450	13.319	(753)	-	281.027
Aumento de capital (Nota 23a)	40.002	(20.000)	-	-	-	-	20.002
Integralização de aumento de capital	-	20.000	-	-	-	-	20.000
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	1.163	-	1.163
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	268	268
Destinação do resultado:							
- Reservas de Lucros	-	-	13	255	-	(268)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	290.013	-	18.463	13.574	410	-	322.460
Mutações do exercício	40.002	-	13	255	1.163	-	41.433

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2018	2017
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		268	(36.508)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	12 e 14	4.195	3.828
<i>Impairment</i> de empréstimos e recebíveis	8	(4.358)	(15.167)
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(6.084)	(3.735)
Provisão para passivos contingentes		(3.434)	308
Tributos diferidos		2.511	10.408
Provisões para impostos correntes sobre o lucro	20	4.702	1.489
Variações em:		108.282	(58.354)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(10.773)	48.165
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes		(31.918)	(5.311)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(1.014)	88.397
Outros ativos		10.223	(617)
Créditos tributários - correntes		10.881	10.434
Passivos financeiros ao custo amortizado		137.569	(228.436)
Instrumentos financeiros derivativo		(600)	-
Provisões técnicas de seguros e resseguros		(12.050)	14.101
Passivos fiscais - correntes		(4)	(907)
Outras obrigações		5.968	15.820
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		106.082	(97.731)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativo tangível		(824)	(421)
Ativo intangível		(1.420)	(2.322)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(2.244)	(2.743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	23.a	40.002	-
Dividendo pagos	23	-	(23.500)
Variação de participação de minoritários		-	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		40.002	(23.500)
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa		143.840	(123.974)
Início do período	3q	53.981	177.955
Final do período	3q	197.821	53.981
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa		143.840	(123.974)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

1. Contexto operacional

O Banco Fator S.A. (“Banco Fator” ou “Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimentos, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, administração de fundos de terceiros (“asset management”) e corretagem de valores mobiliários. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de capitais.

O Banco Fator, controlado indiretamente pela Fator Empreendimentos e Participações S.A, é a instituição líder das companhias financeiras do Banco Fator e é uma sociedade anônima constituída e domiciliada no Brasil, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 12º andares, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação.

a) Declaração de conformidade

O Banco Fator elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2019.

b) Uso de estimativas e premissas

O resultado e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Instituição realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma, no momento de sua aplicação.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para riscos, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

c) Base de consolidação

i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator compreendem as demonstrações financeiras do Banco Fator e de suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

<u>Controladas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fator S.A. Corretora de Valores	100,00%	100,00%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	99,99%	99,99%
Fator Seguradora S.A.	100,00%	100,00%

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido ao Banco Fator. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos adquiridos são inicialmente mensurados ao seu valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do valor pago pela aquisição que ultrapassar o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrado como ágio, e se o custo da aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, no período de aquisição.

3. Principais práticas contábeis

a) Adoção inicial do IFRS 9

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá os trechos do IAS 39. A IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

O Banco adotou a IFRS 9 com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas práticas contábeis.

O Banco não adotou nenhuma das disposições da IFRS 9 antecipadamente em períodos anteriores.

A adoção da IFRS 9 resultou em mudanças nas nossas políticas contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, procedimentos para controles de Hedge accounting e impairment de ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Conforme a IFRS 9, o impairment para ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de resultados não é reconhecido separadamente.

A IFRS 9 também modifica significativamente outras normas que tratam de instrumentos financeiros como a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A categoria de mensuração e o valor contábil dos ativos e passivos financeiros de acordo com a IAS 39 e IFRS 9 são comparados da seguinte forma:

IAS 39		IFRS 9	
Classificação	Valor contábil	Classificação	Valor contábil
Titulos e valores mobiliários			
Mantidos para negociação	343.006	VJR	343.006
Instrumentos financeiros derivativos			
Mantidos para negociação	1.088	VJR	1.088
Titulos e valores mobiliários			
Disponível para venda	200.121	VJRA	200.121
Titulos e valores mobiliários			
Mantidos até o vencimento	89.827	Custo amortizado	89.827
Empréstimos e adiantamentos a clientes			
Empréstimos e recebíveis	82.705	Custo amortizado	82.705
Total	716.747		716.747

A aplicação inicial do IFRS 9 não gerou impactos de ajustes para o Banco

Não houve alterações na classificação e mensuração de passivos financeiros.

b) Adoção inicial do IFRS 15

A norma requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa do Banco de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11 bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 19).

O Banco não adotou antecipadamente nenhuma das disposições da IFRS 15 em períodos anteriores. A IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 15, o Banco optou por aplicar o respectivo pronunciamento de forma prospectiva e reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados do período de relatório anual que inclui a data de aplicação inicial. No entanto, a aplicação inicial da IFRS 15 não gerou impactos de ajustes para o Banco.

c) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada do resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

d) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos a designação ao valor justo é aplicada.

Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros). “Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- i. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos.

Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Banco é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- i. For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou
- ii. No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- i. Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- ii. São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

v. Técnicas de avaliação

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos de dívidas, ações de empresas listadas, cotas de fundos, posições compradas e vendidas e Futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros observáveis de mercado como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive à extrapolação de dados observáveis de mercado e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados observáveis de mercado, sobretudo taxas de juros.

A Instituição não apresentava em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados observáveis de mercado (Nível 3).

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que a Instituição atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

f) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, não há instrumentos financeiros apresentados de forma líquida nas demonstrações financeiras.

g) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Banco registra provisão de PE para seus empréstimos e adiantamento a clientes, limites de créditos concedidos e não utilizados, garantias prestadas e não honradas e demais instrumentos de dívida não mensurados como ao VJR, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”.

Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Banco calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Banco reconhece uma provisão de PE Vida.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações de 100% do saldo devedor.

h) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, com base na natureza do devedor (credor).

i) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco Fator classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

j) Ativo tangível

Ativo tangível inclui sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

k) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 3 i).

l) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- Obrigações legais: derivam de obrigações legais ou contratualmente estabelecidas, oriundas de eventos passados, substancialmente representados por obrigações tributárias cuja legalidade e a constitucionalidade das leis que as constituíram estão sendo contestados judicialmente. Os montantes correspondentes são reconhecidos integralmente nas informações financeiras e atualizadas até a data de balanço.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração).

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros onde a ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

iv. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

n) Garantias financeiras

O Banco Fator emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

o) Ativos fiduciários e fundos de investimento administrados pelo Banco

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa (vide nota nº 42 – Outras divulgações – títulos e valores mobiliários sob custódia).

Também por serem propriedades de terceiros, os fundos de investimento administrados pelo Banco não são apresentados nas demonstrações financeiras, sendo os valores de seus patrimônios líquidos divulgados na nota nº 40 – Outras divulgações – Recursos administrados não registrados no balanço.

p) Impostos sobre a renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% e contribuição social de 15% até 31 de agosto de 2015, passando a 20% a partir de 1º de setembro de 2015 e retornando a 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados tributáveis futuros e fundamentada em estudo técnico.

A realização depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para créditos de liquidação duvidosa e marcação a mercado.

A despesa de Imposto sobre a renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal será reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como: valores a pagar ou a recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

q) Contratos de seguros

O Fator emite contratos a clientes contendo riscos de seguro. Contratos de seguro celebram um acordo pelo qual a seguradora aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o segurado no caso da ocorrência de um evento futuro e incerto, previsto no contrato.

Contratos de seguros são contabilizados conforme abaixo:

Prêmios

Prêmios de seguro são reportados como receita durante o prazo dos contratos de seguro, baseados na proporção dos riscos suportados durante o período da operação. O prêmio não ganho (na proporção do negócio contratado) é calculado mensalmente em base pro-rata.

Os prêmios de resseguro são contabilizados no mesmo período dos contratos de seguros a que eles estão diretamente relacionados.

Os custos de originação relacionados com a emissão de novos contratos de seguros ou pela renovação são diferidos e amortizados durante o prazo de vigência destes.

Sinistros e recuperações de resseguros

Sinistros de seguro bruto incluem sinistros pagos e movimentações em passivos de sinistros não liquidados.

Sinistros de seguro bruto refletem o custo total dos sinistros avisados durante o ano, custos de regulação e sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. Sinistros registrados durante o ano incluem os avisados e indenizados.

Os avisos dos sinistros são reconhecidos quando o pagamento é devido. Recuperações de resseguros são contabilizadas no mesmo período do referido aviso.

Avisos de contratos de seguros

Passivos de sinistros vigentes para contratos de seguro são baseados na importância segurada. Passivos de sinistros ocorridos, mas não avisados são registrados em base estimada, utilizando técnicas estatísticas apropriadas.

Um teste de adequação de passivo é executado para avaliar se o valor contábil de um passivo de seguro precisa ser aumentado, baseado em uma análise dos fluxos de caixas futuros. Ao realizar o teste de adequação do passivo, todos os fluxos de caixa contratuais são descontados e comparados com o valor contábil do passivo.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar à aquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, reduzindo-se ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

r) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

s) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

IFRS 16 - "Arrendamentos"

A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Banco iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto identificado seria que o Banco deverá reconhecer novos ativos e passivos para os seus contratos de locação referentes ao direito de uso dos contratos de locação de imóvel comercial.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	2	3
Depósitos livres junto ao Banco Central do Brasil (a)	4.768	1.464
	<u>4.770</u>	<u>1.467</u>

(a) Depósitos livres junto ao Banco Central do Brasil representam reservas em espécie e estão disponíveis para o uso do Banco Fator em suas operações diárias.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Até 90 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada - Tesouro Nacional	193.051	52.514
	<u>193.051</u>	<u>52.514</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações interfinanceiras de liquidez.

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:		
<u>Títulos públicos</u>		
Letras Financeiras do Tesouro	189.291	169.484
Notas do Tesouro Nacional	-	25.358
<u>Títulos privados</u>		
Debêntures	3.619	12.181
Bônus de Subscrição de Cias Abertas	138	716
Quotas de Fundos de Investimentos	162.883	125.575
Ações de Companhias Abertas	99	9.692
	<u>356.030</u>	<u>343.006</u>
Valor justo por meio dos resultados abrangentes		
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:		
<u>Títulos públicos</u>		
Letras Financeiras do Tesouro	53.128	54.144
Notas do Tesouro Nacional	90.278	51.419
<u>Títulos privados</u>		
Debêntures	25.055	27.240
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	17.745	13.937
Certificados de Depósito Bancário	31.293	38.804
Certificados de Recebíveis Imobiliários	210	437
Quotas de Fundos de Investimentos	14.330	14.140
	<u>232.039</u>	<u>200.121</u>
Custo amortizado		
Instrumentos de dívida:		
<u>Títulos privados</u>		
Certificados de Depósito Bancário	102.882	89.827
	<u>102.882</u>	<u>89.827</u>
	<u>690.951</u>	<u>632.954</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros.

Em 31/12/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Custo amortizado" para categoria "Valor justo por meio dos resultados abrangentes" no montante de R\$ 28.376, com efeito da marcação a mercado no PL no montante de R\$ 1.356;

7. Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

	2018		2017	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de preços	-	-	1.088	(600)
	-	-	1.088	(600)

8. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

	2018	2017
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	62.828	89.763
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment")	(2.700)	(7.058)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	60.128	82.705

b) Detalhes

	2018	2017
Tipo de crédito:		
Empréstimos	7.666	30.089
Cheque Especial e conta garantida	17.015	19.730
Financiamentos à exportação	38.147	39.944
Total	62.828	89.763
Setor devedor:		
Industria	38.147	39.945
Comércio	-	12.725
Outros serviços	22.377	30.246
Pessoas físicas	2.304	6.847
Total	62.828	89.763

c) Movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos

Composição	2018	2017
Provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes	(2.700)	(7.058)
	(2.700)	(7.058)
PDD por classe de ativos	2018	2017
Empréstimos	(623)	(4.864)
Cheque Especial e conta garantida	(1.907)	(197)
Financiamentos à exportação	(170)	(1.997)
Total	(2.700)	(7.058)
Saldo inicial	(7.058)	(29.487)
Complemento de provisão:	(3)	(300)
Reversão de provisão:	4.361	15.467
Baixa Prejuízo	-	7.262
Saldo final	(2.700)	(7.058)

9. Outros recebíveis

	2018	2017
Rendas a receber	18.540	2.910
Negociação e intermediação de valores	4.531	5.267
	23.071	8.177

10. Outros ativos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas antecipadas (a)	175.199	157.635
Prêmios de seguros a receber	83.721	86.611
Sinistro de resseguros	51.261	69.673
Devedores diversos país	53.170	46.281
Depósitos Judiciais (b)	20.223	17.594
Depósitos vinculados ao Banco Central do Brasil	111	138
Títulos e créditos a receber	7.426	6.557
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos	(7.426)	(3.279)
Outros créditos	3.623	10.236
	<u>387.308</u>	<u>391.446</u>

(a) Referem-se principalmente a ativos de resseguro – provisões técnicas.

(b) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF pela não entrega de informações sobre a CPMF no prazo e IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA, os quais estão sendo questionados judicialmente, na Corretora.

11. Participações em coligadas

Composição

	<u>Participação em %</u>		<u>Investimentos</u>		<u>Resultado de equivalência</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fator S.A. Corretora de Valores	100,00%	100,00%	18.544	11.346	(1.184)	(20.410)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	99,99%	99,99%	8.384	2.692	(9.307)	(12.434)
Fator Seguradora S.A.	100,00%	100,00%	192.188	187.739	22.386	14.060
Total			<u>219.116</u>	<u>201.777</u>	<u>11.895</u>	<u>(18.784)</u>

Todas as transações entre empresas do Banco Fator são eliminadas na consolidação.

12. Ativo tangível

a) Composição

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Instalações	3.426	(1.780)	1.646	3.226	(1.356)	1.870
Sistemas de processamento de dados	7.409	(6.009)	1.400	7.213	(5.893)	1.320
Móveis e equipamentos de uso	2.677	(2.210)	467	2.902	(2.300)	602
Outros	5.381	(5.382)	(1)	5.679	(5.128)	551
Saldos	<u>18.893</u>	<u>(15.381)</u>	<u>3.512</u>	<u>19.020</u>	<u>(14.677)</u>	<u>4.343</u>

b) Variações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	19.020	19.228
Adições/(baixas) líquidas	(127)	(208)
Saldos no final do exercício	<u>18.893</u>	<u>19.020</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(14.677)	(13.858)
Adições/(baixas)	951	629
Depreciação	(1.655)	(1.448)
Saldos no final do exercício	<u>(15.381)</u>	<u>(14.677)</u>

13. Ativo intangível – Ágio / Deságio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ágio em 2018 e em 2017.

A composição do ágio é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fator Seguradora S.A.	3.194	3.194
	<u>3.194</u>	<u>3.194</u>

14. Ativo intangível – Outros ativos intangíveis

a) Composição

	<u>Vida útil estimada</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	5 anos	14.034	11.737
Amortização acumulada		<u>(8.488)</u>	<u>(5.071)</u>
Saldos no final do exercício		<u>5.546</u>	<u>6.666</u>

b) Variações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	11.737	9.868
Adições/(baixas) líquidas	<u>2.297</u>	<u>1.869</u>
Saldos no final do exercício	<u>14.034</u>	<u>11.737</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Amortização acumulada:		
Saldos no início do exercício	(5.071)	(3.144)
Adições/(baixas)	<u>(877)</u>	<u>453</u>
Amortização	<u>(2.540)</u>	<u>(2.380)</u>
Saldos no final do exercício	<u>(8.488)</u>	<u>(5.071)</u>

15. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações compromissadas	5.522	9.319
Negociação e Intermediação de valores	<u>1.376</u>	<u>5.902</u>
	<u>6.898</u>	<u>15.221</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de instituições financeiras.

16. Depósitos de clientes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista	6.960	5.714
Depósitos a prazo	<u>503.497</u>	<u>357.818</u>
	<u>510.457</u>	<u>363.532</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de clientes.

17. Obrigações por títulos e valores mobiliários

a) Composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Letras de Crédito do Agronegócio	13.661	4.062
Letras de Crédito Imobiliário	-	10.241
	<u>13.661</u>	<u>14.303</u>

b) Variações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos no início dos exercícios	14.303	36.028
Emissão	35.630	44.267
Resgate	(37.148)	(67.924)
Juros	876	1.932
Saldos no final dos exercícios	<u>13.661</u>	<u>14.303</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento das obrigações por títulos e valores mobiliários.

18. Outros passivos financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Negociação e intermediação de valores	29.671	30.062
	<u>29.671</u>	<u>30.062</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos outros passivos financeiros.

19. Detalhamento das provisões técnicas de seguros e resseguros

a) Provisões técnicas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de prêmios não ganhos	205.871	200.161
Sinistros a liquidar	57.181	45.420
Sinistros ocorridos e não avisados	91.535	97.914
Outras provisões	7.713	30.855
	<u>362.300</u>	<u>374.350</u>

b) Movimentação das provisões técnicas

Movimentação	Consolidado			
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos e não avisados	Outras provisões
Saldo Inicial em 31/12/2017	200.161	45.420	97.914	30.855
Constituições decorrentes de prêmios	161.211	-	-	-
Diferimentos pelo risco decorrido	(155.539)	-	-	-
Oscilação cambial	38	-	-	-
Avisos de sinistros	-	35.213	-	2.317
Cancelamentos de sinistros	-	(22.072)	-	(389)
Ajustes de estimativas de sinistros	-	10.533	-	14
Pagamentos de sinistros	-	(17.559)	-	(1.912)
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	-	(1.401)	7.192	(106)
Correção monetária de sinistros a liquidar	-	7.047	-	-
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	-	-	-	(118.115)
Outras constituições	-	-	103.149	95.049
Outras reversões	-	-	(116.720)	-
Saldo final em 31/12/2018	<u>205.871</u>	<u>57.181</u>	<u>91.535</u>	<u>7.713</u>

c) Custo de aquisição e prêmio de resseguro diferido

Ramos de atuação	Despesas de comercialização - Seguros		Prêmios de resseguro diferidos	
	2018	2017	2018	2017
Compreensivo Empresarial	1.713	-	4.267	-
Lucros Cessantes	60	-	786	-
Riscos de engenharia	1.139	2.082	14.173	25.967
Riscos Diversos	300	110	1.531	948
Riscos nomeados e operacionais	1.469	1.991	12.314	17.733
Fiança Locatícia	299	215	241	-
Garantia de obrigações - públicas	3	90	280	410
Garantia segurado - setor público	20.297	16.035	851	505
Garantia segurado - setor privado	3.839	3.026	49.313	49.987
Responsabilidade civil Ambiental	54	-	12.912	11.731
Responsabilidade civil Geral	32	77	315	1.019
Responsabilidade civil Profissional - E&O	848	994	1.775	1.936
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.587	1.674	9.965	9.658
	<u>31.640</u>	<u>26.294</u>	<u>108.723</u>	<u>119.894</u>

d) Cobertura de provisões técnicas de seguros

Descrição	2018	2017
Provisões técnicas - seguros	362.299	374.350
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(95.863)	(122.431)
Custo de aquisição diferidos redutores	(23.967)	(18.866)
Total das exclusões	<u>(119.830)</u>	<u>(141.297)</u>
Provisões técnicas para cobertura	242.469	233.053
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	182.036	170.379
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas- DPVAT	95.423	89.790
Suficiência apurada	34.990	27.116
Ativos Livres	66.878	51.065

20. Créditos tributários e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

	IRPJ 2018	CSLL 2018	IRPJ 2017	CSLL 2017
Resultado antes da tributação	10.353	10.353	(23.208)	(23.208)
Adições temporárias	81.781	81.781	40.553	40.553
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	4.987	4.987	7.761	7.761
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	45.755	45.755	24.025	24.025
Outras adições temporárias	27.436	27.436	8.767	8.767
Ajustes IFRS/Adoção IFRS 9	3.603	3.603	-	-
Adições permanentes	1.957	3.112	8.501	7.237
Outras adições permanentes	1.957	3.112	8.501	7.237
Exclusões temporárias	(78.736)	(78.736)	(61.415)	(61.415)
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(2.810)	(2.810)	(8.697)	(8.697)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(49.621)	(49.621)	(43.359)	(43.359)
Outras exclusões temporárias	(26.305)	(26.305)	(9.022)	(9.022)
Ajustes IFRS/Adoção IFRS 9	-	-	(337)	(337)
Exclusões permanentes	(5.428)	(5.428)	(316)	(316)
Outras exclusões permanentes	(5.428)	(5.428)	(316)	(316)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	9.927	11.082	(35.885)	(37.149)
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa	(5.713)	(5.713)	(2.699)	(2.699)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	4.214	5.369	(38.584)	(39.848)
Provisão corrente para IRPJ e CSLL	(4.702)	(3.528)	(1.489)	(1.259)
Ajustes de IRPJ e CSLL de períodos anteriores	-	655	(230)	(141)
Constituição/reversão de créditos tributários	(1.800)	(2.146)	(5.570)	(4.459)
Ajustes IFRS/Adoção IFRS 9	896	540	(84)	(68)
Despesa com impostos sobre a renda e contribuição social	<u>(5.606)</u>	<u>(4.479)</u>	<u>(7.373)</u>	<u>(5.927)</u>

b) Impostos diferidos

	Consolidado			
	Dez/2017	Constituição	Realização/ reversão	Dez/2018
Movimentação de Crédito Tributário				
Prejuízo Fiscal e base negativa	24.855		(1.934)	22.921
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.035	19.823	(21.690)	4.168
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	-	278	338	(119)
Provisão de despesas	1.694	1.331	(1.696)	1.329
Ajustes IFRS/Adoção IFRS 9	(1.223)	1.436	-	213
Posição Líquida de Crédito Tributário	31.083	22.928	(25.439)	28.572

c) Impostos correntes

	2018	2017
Créditos tributários - Corrente		
IR a compensar	5.589	34.504
CS a compensar	1.650	836
Outros impostos a compensar	19.422	2.202
IR s/ repasse de comissões	-	-
Total de Créditos tributários - Corrente	26.661	37.542
Passivos fiscais - Corrente		
Impostos e contribuições s/ serv. terceiros	(1.294)	(419)
Impostos e contribuições s/ salários	(2.147)	(2.414)
Impostos e contribuições s/ lucros a pagar	(2.259)	-
PIS/COFINS	(2.317)	(645)
IOF	(1.569)	(2.871)
IR e CS desmutualização	-	-
Outros	(3.543)	(2.082)
Total de Passivos fiscais - Corrente	(13.129)	(8.431)

21. Outras obrigações

	2018	2017
Provisões para salários e encargos	6.338	8.058
Comissões/ corretagens	-	25
Débitos de operações de seguros e resseguros	146.667	140.404
Diversos	8.508	7.058
	161.513	155.545

22. Provisões**a) Composição**

	2018	2017
Provisões para riscos contingentes fiscais	51	56
Provisões para riscos contingentes cíveis	1.340	1.378
Provisões para riscos contingentes trabalhistas	5.275	8.665
Provisões para fianças	10	10
	6.676	10.109

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 6.666 (R\$ 10.099 em 31/12/2017) e estão representadas por:

Ações Fiscais: O valor da provisão é de R\$ 51 (R\$ 56 em 31/12/2017) e referem-se a questionamentos que envolvem a Seguradora, sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais;

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 1.340 (R\$ 1.378 em 31/12/2017) e referem-se a prêmios de seguros no valor de R\$ 56 (R\$ 193 em 31/12/2017) e demandas de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.284 (R\$ 1.185 em 31/12/2017);

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 5.275 (R\$ 8.665 em 31/12/2017) e referem-se a processos que envolvem basicamente a Corretora, cujos valores são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas.

Composição e movimentação das provisões consolidadas no exercício

	2018				2017	
	Fiscais	Fianças	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldos no início do exercício	56	10	1.378	8.666	10.110	9.801
Constituição	-	-	314	1.664	1.978	3.675
Reversão/Liquidação (a)	(5)	-	(352)	(5.055)	(5.412)	(3.367)
Saldos no final do exercício	51	10	1.340	5.275	6.676	10.109

(a) Refere-se à reversão de provisão referente a IRPJ e CSLL relativo ao IPO Bovespa e BM&F por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	Natureza	2018	2017
Fiscais	Tributos federais (i) e (ii)	10.695	10.154
Cíveis	Órgãos reguladores	3.593	6.741
Trabalhistas	Reclamação ex-funcionários	13.950	17.006
		<u>28.238</u>	<u>33.901</u>

(i) *Ações Fiscais: A Corretora discute judicial e administrativamente: Multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2018 é de R\$ 6.566 (R\$ 6.350 em 31/12/2017);*

(ii) *A Seguradora questiona a incidência de IRPJ e CSLL e PIS e COFINS sobre variações monetárias ativas de depósitos judiciais e de INSS sobre valores pagos através de cartões de incentivo.*

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31/12/2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.901.908 ações (5.161.402 em 31/12/2017), divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em ARCA de 27/02/2018, foi deliberado o aumento de capital no montantes de R\$ 40.002 mediante a emissão de 740.506 ações, sendo R\$ 20.002 integralizados em 27/02/2018 e R\$ 20.000 em 18/12/2018.

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 11/09/2017 e AGE de 30/11/2017, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.500 e R\$ 22.000 respectivamente.

c) Reservas

Reserva legal

De acordo com as normas contábeis brasileiras, 5% do lucro do exercício é destinado à constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado, não utilizado na constituição da reserva legal e não distribuído na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva estatutária.

24. Receitas com juros e similares

	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	42.752	60.222
Títulos emprestados e operações compromissadas	5.792	21.525
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.679	10.309
	<u>63.223</u>	<u>92.056</u>

25. Despesas com juros e similares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos de clientes	(32.770)	(54.486)
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	(2.448)	(4.456)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	-	(4.223)
	<u>(35.218)</u>	<u>(63.165)</u>

26. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita com tarifas e comissões		
Taxa de administração de carteiras	15.723	14.994
Taxas de corretagem	4.286	6.241
Rendas de assessoria técnica	27.771	12.167
Rendas de outros serviços	2.559	4.916
Outras taxas recebidas	70	18
	<u>50.409</u>	<u>38.336</u>
Despesa com tarifas e comissões		
Taxas de corretagem	(228)	(980)
Taxa de administração de carteiras	(2.056)	(1.851)
Taxa de custódia	(845)	(1.237)
Comissões	(130)	(119)
Outras taxa recebidas	(737)	(897)
	<u>(3.996)</u>	<u>(5.084)</u>

27. Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas de ativos e passivos financeiros	19.311	19.090
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	3.630	3.614
Resultado de ajuste a valor de mercado	902	2.050
	<u>23.843</u>	<u>24.754</u>

28. Prêmios de seguros

<u>Ramos de atuação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
DPVAT	24.953	31.912
Garantia segurado - setor público	61.965	42.443
Garantia segurado - setor privado	16.188	11.053
Riscos de engenharia	14.406	24.087
Riscos nomeados e operacionais	27.810	26.301
Outros ramos	38.076	22.095
Total	<u>183.398</u>	<u>157.891</u>

29. Sinistros ocorridos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Sinistros	(23.687)	(11.594)
Despesas com sinistros	(1.772)	(1.008)
Recuperações de sinistros	(39)	(55)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	22.998	(11.595)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	13.450	(15.028)
Sinistros de consórcios e fundos – DPVAT	(20.312)	(26.972)
Outros	582	-
Total	<u>(8.780)</u>	<u>(66.252)</u>

30. Resultado com operações de resseguro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Indenizações de sinistros	415	16.854
Despesas com sinistros	1.458	257
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	3.398	2.046
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(9.908)	12.643
Prêmios de resseguros cedidos	(120.588)	(124.438)
Comissões de resseguros cedidos	40.447	37.148
Varição da despesa de resseguro	(11.192)	13.844
Outros	(146)	-
Total	<u>(96.116)</u>	<u>(41.646)</u>

31. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Multas	(51)	(348)
Custos de aquisição de seguros	(24.704)	(19.192)
Variações Monetárias	(7.036)	(7.232)
Outros	(3.822)	(4.020)
	<u>(35.613)</u>	<u>(30.792)</u>

32. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(40.145)	(49.558)
Custos previdenciários	(14.544)	(15.395)
Benefícios	(9.278)	(8.361)
Outras despesas de pessoal	(11.801)	(8.992)
	<u>(75.768)</u>	<u>(82.306)</u>

33. Outras despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços técnicos e especializados	(7.068)	(12.743)
Imóveis, instalações e materiais	(4.359)	(4.007)
Tecnologia e sistemas	(16.333)	(16.966)
Comunicações	(1.527)	(1.843)
Outras despesas administrativas	(5.700)	(3.107)
	<u>(34.987)</u>	<u>(38.666)</u>

34. Despesas tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS / COFINS	(10.149)	(8.066)
Outros tributos	(3.971)	(7.843)
	<u>(14.120)</u>	<u>(15.909)</u>

35. Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda

Nos exercícios findos em 2018 e 2017, não houve resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda.

36. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

a) Transações ordinárias realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas

Operações / Partes Relacionadas	Grau de relação	<u>2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2017</u>
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)
Depósito à vista		(21)	-	(28)	-
- Não Financeiras	Parte relacionada	(21)	-	(28)	-
Depósito à prazo		(1.021)	(166)	(3.514)	(54)
- Não Financeiras	Parte relacionada	(1.021)	(166)	(3.514)	(54)
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas		-	2.094	39	1.721
- Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	Parte relacionada	-	2.094	39	1.721

b) Remuneração da Administração

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal.

Os honorários atribuídos, no período, ao pessoal chave da administração, são compostos conforme descrito abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Honorários atribuídos ao exercício	7.179	10.235
	<u>7.179</u>	<u>10.235</u>

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

37. Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos financeiros oferecidos em garantia:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Instrumentos de dívida	326.262	304.847
Depósitos de instituições financeiras	5.522	37.060
	<u>331.784</u>	<u>341.907</u>

Os ativos oferecidos em garantia referem-se aos títulos públicos em garantia de operações em bolsa de mercadorias e futuros. Os depósitos de instituições financeiras referem-se as obrigações por recompras em operações compromissadas com instrumentos financeiros de carteira própria e de terceiros.

Ativos financeiros recebidos em garantia:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aval	34.085	76.130
Imóvel	84.026	100.311
Penhor	-	9.638
Fiança	3.235	-
Outros	435	5.545
	<u>121.781</u>	<u>191.624</u>

O quadro a seguir apresenta os avais e fianças prestados a terceiros:

Máximo valor potencial de pagamentos futuros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	1.000	1.000
Valor total	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias.

Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso ocorra alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

39. Limites operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 8,625% (9,25% em 2017) maior do que o capital exigido.

	2018	2017
Risco de Crédito (RWAcpad)	24.509	32.251
Risco de Moedas (RWAcam)	1.786	3.906
Risco de Taxa de Juros (RWA _{jur})	3.153	7.557
Risco Operacional (RWAopad)	93	1.702
Risco de Mercadorias (RWAcom)	138	175
Risco de Ações (RWAacs)	6.004	6.082
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	35.683	51.673
Patrimônio Líquido	322.775	279.175
Ajustes Prudenciais	(211.557)	(161.087)
Patrimônio de Referência - PR	111.218	118.088
Índice de Basileia	26,88%	21,14%
Rban	14.816	30.079

A Seguradora apresenta plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução nº 321/15 do CNSP e alterações posteriores. Em 31/12/2018 a Suficiência de Capital no valor de R\$ 171.280 (R\$ 159.538 em 31/12/2017) representava 777,34% (611,63% em 31/12/2017) da Exigência de Capital.

40. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos para negociação mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2018		2017	
	Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e preços:				
Compra e venda de opções	-	-	3.547.675	-
Contratos a termo e de futuros	174.997	-	170.601	-

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é:

	2018			2017	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Opções				-	3.547.675
Futuros	3.874	13.562	157.561	174.997	170.601

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

b) Recursos administrados não registrados no balanço

Os recursos de terceiros administrados pelo Conglomerado Fator não registrados no balanço são os seguintes:

	2018	2017
Recursos de terceiros	3.765.058	4.950.243
Total	3.765.058	4.950.243

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado Fator detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$3.949.742 (R\$ 3.491.865 em 2017).

d) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Fator em 2018 e em 2017.

41. Gestão de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos do Banco Fator possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo BACEN.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados modelos e sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração uma visão dos riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do Banco Fator são destinadas a suportar o apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O Banco Fator revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a adequação de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A gestão de riscos do Banco Fator é de responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance, que responde diretamente à Presidência do Banco Fator. A Área de Risco de Mercado & Liquidez e a Área de Controles Internos & Risco Operacional são subordinadas diretamente a esta diretoria, respondendo pelos riscos de mercado, liquidez e operacional, respectivamente. A Superintendência de Crédito atua como staff da Diretoria de Riscos & Compliance no que tange ao risco de crédito. O Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos.

ii. O apetite ao risco

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de riscos que o Banco Fator está preparado para assumir na execução da sua estratégia. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o Banco Fator na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A Diretoria Executiva do Banco Fator atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais alinhados com o tamanho do apetite ao risco e objetivos de rentabilidade sobre o capital, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a estrutura de apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

A estrutura de apetite ao risco é monitorada em bases contínuas pela Diretoria Executiva do Banco Fator.

iii. Cenários dos testes de estresse

Análises de cenários para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do Banco Fator em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações vitais na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

iv. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco Fator.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada pela Diretoria de Riscos & Compliance, estrutura que mantém independência em relação à mesa de operações e demais áreas de negócios. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento desse risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia Value at Risk e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de stop loss.

O Banco Fator realiza operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar a gestão de risco de mercado adequada à sua política. Esses instrumentos são utilizados não só para posicionamento, mas também para hedge de posições, para atender à demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Para monitoramento do risco de mercado, o Banco Fator utiliza o Valor a Risco (VaR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta a normalização dos eventos passados no mercado. O modelo de VaR empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Para o cálculo e monitoramento destas estatísticas, o Banco Fator utiliza sistema adquirido junto a fornecedor externo em conjunto com sistemas desenvolvidos internamente.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas e, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro das possibilidades consideradas pontuais pela Área de Risco de Mercado & Liquidez.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando os conceitos de: orçamento de risco, onde a rentabilidade em reais de determinado prazo (janela móvel ou calendário) somada ao VaR calculado em reais é comparada ao valor (percentual do PL) de orçamento de risco (stop loss), e orçamento absoluto, onde o resultado auferido em determinado prazo (janela móvel ou calendário) é comparado a um valor de orçamento (stop loss absoluto).

O valor do VaR apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 135 (R\$ 499 em 2017), sendo que a média ao longo do ano de 2018 ficou em R\$ 635 (R\$ 736 em 2017).

Com relação à distribuição do VaR entre os diferentes fatores de risco, segue abaixo tabela de VaR marginal na data base do balanço em milhares de reais e o percentual em relação ao VaR total.

	<u>\$ Marginal</u>	<u>Participação%</u>
Renda Variável	64	47
Câmbio	53	39
Juros	18	14

v. Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Fator.

O processo de Gestão de Risco Operacional tem início com o reporte do evento por parte do agente de risco operacional de cada área. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

O registro dos eventos na base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições tem como finalidade primária a formação de uma base de dados para proporcionar informações suficientes para a identificação das causas e mitigação dos riscos.

O monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco Fator identifica as linhas de reporte, assegura a comunicação e oferece ferramentas que permitem o adequado gerenciamento de risco operacional.

a) A estrutura de gerenciamento de risco operacional

Conselho de Administração e Presidência

- Administrar as atividades das Empresas do Banco Fator, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas.
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas.
- Aprovar Políticas e Manuais de Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos.
- Deliberar sobre questões que envolvam o controle e gerenciamento de riscos que possam afetar o desempenho do sistema ou das empresas do Banco Fator.

Gestor de Risco Operacional

- A Área de Controles Internos & Risco Operacional, área corporativa do Conglomerado Fator, também exerce a função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de negócios de todas as empresas pertencentes ao conglomerado. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Riscos & Compliance.
- Responsável por gerenciar e acompanhar o desempenho do sistema, avaliando e promovendo ações para corrigir eventuais desvios, de forma a manter a aderência do sistema de riscos em relação aos objetivos e metas das Empresas do Conglomerado Fator, ou a legislação pertinente.
- Prover adequado entendimento e visualização dos riscos associados ao negócio.
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, buscando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas.
- Elaboração periódica do relatório do Sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento à Res. CMN nº 3.380.

Identificação de Riscos – Agentes de Risco Operacional

Os colaboradores lotados nas áreas responsáveis pelo desenvolvimento dos processos devem:

- Observar as políticas e procedimentos aprovados pelas respectivas Diretorias;
- Executar as atividades de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos envolvidos;
- Identificar os riscos existentes nos processos que possam representar riscos na operacionalização de cada produto (*Self assessment e Key Risk Indicator- kri*);
- Reportar à Área de Controles Internos & Risco Operacional as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades que possam representar riscos na operacionalização de cada produto.
- Manter o acompanhamento e controle sobre os planos de ação de sua(s) respectiva(s) área(s).

vi. *Risco de Crédito*

a) Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões para concessão de crédito busca obter segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes às operações. Para isso, o Banco Fator possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco Fator continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

São realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como de respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base nas melhores práticas de mercado e é responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito. Há ainda monitoramento constante das exposições e contrapartes e elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão.

Exposição máxima ao risco de crédito

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Instrumentos de dívida	527.831	482.831
Instrumentos de patrimônio	163.120	150.123
Empréstimos e recebíveis	85.899	97.940
Valores a receber	-	3.836
Devedores diversos no país	53.170	51.977
Outros créditos	3.623	3.982
Garantias prestadas	1.000	1.000
	<u>834.643</u>	<u>791.689</u>

b) Ciclo de risco de crédito

As contrapartes de operações que geram exposição ao risco de crédito são monitoradas constantemente e os seus ratings são revisados periodicamente pela Área de Crédito. Desta forma, e também em função da quantidade reduzida de contrapartes, alterações no cenário macro e/ou microeconômico, que prejudiquem a capacidade de repagamento da contraparte e, aumente o risco de perda na operação, assim que detectada, terão ações na busca da recuperação, com possíveis reflexos no provisionamento e demais ações prudenciais.

c) Medidas e ferramentas de mensuração

c.1) Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a situação econômico-financeira da contraparte, a estrutura e demais riscos e condições gerais da operação proposta (como qualidade, liquidez e nível de cobertura das garantias), a conjuntura econômica, setor de atuação, a experiência da empresa neste setor, perspectivas econômicas e financeiras da empresa e da economia, qualidade da administração e demais aspectos inerentes a análise.

O rating interno é atribuído a todas as empresas com as quais o Banco Fator possua limite ou risco de crédito, como forma de atribuir o risco que a empresa apresenta com relação ao repagamento da operação.

A classificação de rating de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida através dos ratings AA a H, sendo AA o melhor rating e H o pior, conforme determinação do BACEN, considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, considerando:

- Natureza e finalidade da transação;
- Característica das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez; e,
- Valor.

O processo de atribuição de rating, nos casos em que as contrapartes são pessoas jurídicas, não se limita a análise dos indicadores financeiros, sendo mais amplo, analisando todos os aspectos da empresa, desde sua constituição, controle acionário e administração, passando pela análise financeira, até a análise de seu produto e mercado de atuação. A análise deve procurar o enquadramento da empresa em cada uma das variáveis componentes da matriz de análise que considera os itens descritos abaixo:

1. Análise de Cadastro: Nesse primeiro item de análise o enfoque para atribuição das notas deverá ser nos dados de cadastro da empresa, que incluem: o tempo de constituição; patrimônio do acionista; relacionamento com o Banco Fator; restritivos nos órgãos de informação e no mercado; comportamento das garantias; histórico de concordata e renegociação de dívidas; e confiabilidade das informações financeiras.

2. Análise da Administração: A análise da Administração da empresa deve ser focada em todos os aspectos relacionados aos acionistas e o relacionamento dos mesmos com as atividades da empresa / grupo econômico - processo de sucessão; composição da administração (conselho e diretoria) e forma de tomada de decisões. Os subitens que compõem esse item são: empresas ligadas / diversificação das atividades; controle acionário; administração; processo sucessório / relacionamento dos acionistas; e tomada de decisões.

3. Análise Financeira: Os aspectos a serem analisados na situação financeira deverão abranger os principais aspectos de balanço (índices e informações financeiras), além disso deverão ser observados os aspectos financeiros que não estão no balanço, como acesso ao crédito junto a outras instituições financeiras, suporte do acionista ou matriz, passivos contingentes e operações de hedge.

Os subitens a serem analisados são: acesso ao crédito, suporte financeiro da matriz / acionistas, consistência das informações financeiras, defasagem das informações contábeis / gerenciais, passivos contingentes e casamento de prazo e moedas além de outros indicadores econômicos e financeiros.

4. Análise do Mercado / Produto e Perspectiva: Nesse item o foco da análise deve ser o tipo de produto que a empresa possui e o mercado de atuação da empresa, englobando os aspectos atuais dos produtos e do mercado e as perspectivas futuras. Os subitens a serem analisados são: mercado predominante; concentração de clientes; concentração de fornecedores; linhas de produtos; tecnologia / processos; riscos operacionais; setor com risco regulatório / ambiental / sanitário; perspectiva macroeconômica no curto, médio e longo prazo para o setor.

c.2) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

Conforme a política de crédito vigente, as definições que regem as garantias aceitas pelo Banco Fator são as seguintes:

a) Garantia

É um dos fatores mais importantes para prevenir imprevistos como i) Fortes alterações no ambiente econômico; ii) Rápida degradação da situação financeira da empresa, consequentemente da qualidade do crédito; intempéries (enchentes, etc.); e iii) Falecimento do dono ou do sócio principal da empresa.

As garantias como fatores mitigantes do risco, devem ser analisadas sob dois aspectos principais:

• Liquidez

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

• **Margem de Cobertura**

É a relação percentual, estabelecida pelo Comitê de Crédito, entre o valor da garantia e o valor da dívida.

Deve levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no Banco Fator são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o Banco Fator, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis são representadas por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral.

A política de crédito do Banco Fator requer que as garantias sejam sempre solicitadas, quando da aprovação do crédito, e que a constituição seja efetivada antes do desembolso, principalmente em função do caráter estruturado de nossas operações. Flexibilizações são aceitas, em função da avaliação de risco de cada operação. As garantias devem ser analisadas quanto a sua liquidez, e quanto ao nível de cobertura em relação ao valor do empréstimo ou financiamento.

c.3) Distribuição do risco de crédito

O perfil dos clientes do Banco Fator é composto predominantemente por empresas do segmento *Middle e Corporate*. O fluxo de amortização da carteira de crédito (conceito amplo, que inclui também as operações de mercado de capitais realizadas por clientes e intermediadas pelo Banco Fator) é predominantemente de médio prazo, com 70% da carteira vencendo em até 2 anos e 99% em até 4 anos.

Em relação ao segmento de atuação das contrapartes das operações de crédito, a carteira está assim segmentada: indústria (32%), comércio (9%), serviços (56%) e pessoas físicas (3%).

d) Mensuração do risco de crédito

Os clientes possuem classificação de risco e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

Classificações internas

Nível de risco Definições

Baixo risco: O pagamento da dívida é altamente certo e estável.

Médio risco: Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.

Alto risco: Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

Todas as operações que apresentam evidências de impairment foram analisadas individualmente.

d.3) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados

Operações de empréstimos e recebíveis com prazos renegociados correspondem às transações que foram reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Grupo fez acordos e concessões que não consideraria em outras situações. Em 31/12/2018 e 31/12/2017 não haviam ativos nessa situação.

e) Baixa para Prejuízo (“Write-Off”)

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são reconhecidos como baixa a prejuízo na demonstração do resultado do exercício.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

vii. Risco de Liquidez

O risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez também é monitorado pela área de Risco de Mercado & Liquidez e acompanhado pelo Comitê de Liquidez do Grupo, que se reúne, no mínimo, mensalmente. Este controle é feito para evitar que o Banco Fator tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os ativos considerados líquidos e passíveis de comporem a liquidez do Banco Fator são formados pelo saldo em reserva e pelos títulos públicos livres, ou seja, não utilizados como lastro de operações compromissadas e não depositados como margem de garantia.

Com relação a risco de liquidez, são monitorados diariamente o limite de caixa mínimo disponível, a partir do Relatório de Posição de Caixa da tesouraria, e o fluxo de caixa projetado através do Relatório de Fluxo de Caixa Projetado. Consideramos como anomalia se o cenário de controle registrar um valor do caixa projetado negativo em até 90 dias, em linha com a Resolução nº 4090 de 24/5/2012 do Banco Central do Brasil e atualizações posteriores.

O plano de contingência de liquidez possui medidas de curto, médio e longo prazos e é acionado quando o caixa disponível fecha pontualmente abaixo de zero e, ou se ficar abaixo do limite de caixa mínimo e sem perspectiva de retorno a um nível acima do limite para os 15 dias seguintes.

O Comitê de Liquidez analisa, a cada reunião, estratégias de reversão de operações nos mercados derivativos, no intuito de desbloquear títulos utilizados como margem de garantia.

Para a gestão do caixa e do risco de liquidez, são utilizados os seguintes relatórios gerados pela área de Controladoria e a de Risco de Mercado & Liquidez por sistemas proprietários do Banco Fator:

- Relatório de Posição de Caixa: descrição das principais posições de ativos e passivos da tesouraria cuja variação devido a movimentação financeira sensibiliza o caixa da tesouraria. É utilizado para o acompanhamento da posição e do caixa do Banco Fator, explicação de eventual variação do caixa disponível e monitoramento do caixa mínimo. É gerado e enviado diariamente à tesouraria, aos gerentes das áreas de risco de mercado e liquidez, crédito e back office.
- Relatório de Fluxo de Caixa Projetado: avaliação dos ativos e passivos do Banco Fator para os próximos 252 dias úteis levando-se em conta 5 cenários de liquidez com diferentes premissas de antecipação e renovação de captações, atraso e default de crédito, execução de cartas de fiança, resgate de depósitos à vista, ajustes de futuros já faturados pela BM&F, vendas de ações e opções e projeções de despesas operacionais. É utilizado para a gestão do caixa e para o monitoramento de limite de caixa projetado. É gerado e enviado diariamente à presidência do Banco Fator, à tesouraria, à controladoria, e à área de risco de mercado e liquidez.
- Relatório de Acompanhamento Diário de Liquidez: informações do perfil das captações em termos de tipo de produto e faixas de prazo, curva ABC de captação, taxa média de captação, ajustes de BM&F, captação líquida acumulada, caixa disponível e relação de medidas visando aumentar a liquidez. São enviados ao BACEN semanalmente os relatórios diários para acompanhamento da liquidez do Banco Fator.

Nota: Os procedimentos para controle deste risco estão aderentes ao determinado pela Resolução nº 4.090 do BACEN e atualizações posteriores.

2018					
	Sem		91 a 365	Acima de	
	Vencimento	1 a 90 dias	dias	365 dias	Total
Ativo:					
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	4.770	-	-	-	4.770
Aplicações interfinanceiras de liquidez		193.051	-	-	193.051
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	177.450	-	15.268	498.233	690.951
Empréstimos e valores a receber:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	9.836	23.611	29.381	62.828
Outros empréstimos e recebíveis	-	23.071	-	-	23.071
Total do ativo	182.220	225.958	38.879	527.614	974.671
Passivo:					
Depósitos de instituições financeiras	-	6.898	-	-	6.898
Depósitos de clientes	7.420	70.096	61.608	371.333	510.457
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	4.278	9.383	-	13.661
Outros passivos financeiros	-	29.671	-	-	29.671
Total do passivo	7.420	110.943	70.991	371.333	560.687
Diferença (ativo e passivo)	174.800	115.015	(32.112)	156.281	413.984
2017					
	Sem		91 a 365	Acima de	
	Vencimento	1 a 90 dias	dias	365 dias	Total
Ativo:					
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	1.467	-	-	-	1.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	52.514	-	-	52.514
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	25.516	170.280	3.249	434.997	634.042
Empréstimos e valores a receber:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	27.071	29.961	32.731	89.763
Outros empréstimos e recebíveis	-	8.177	-	-	8.177
Total do ativo	26.983	258.042	33.210	467.728	785.963
Passivo:					
Depósitos de instituições financeiras	-	15.221	-	-	15.221
Depósitos de clientes	6.682	95.813	61.201	199.836	363.532
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	6.161	8.076	66	14.303
Outros passivos financeiros	-	30.062	-	-	30.062
Total do passivo	6.682	147.257	69.277	199.902	423.118
Diferença (ativo e passivo)	20.301	110.785	(36.067)	267.826	362.845

viii. Riscos das operações de seguros

O Banco Fator, através da Fator Seguradora está exposta aos seguintes riscos proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros, sendo eles risco de seguro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Fator Seguradora permite que esses riscos sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

a) Risco de Seguros

O gerenciamento de riscos de seguros é o aspecto crítico da atividade. Consiste na aplicação de critérios para identificar, analisar e avaliar os riscos de cada seguro proposto, bem como de ferramentas atuariais para a análise das diversas carteiras de negócios, visando a precificação e o provisionamento das operações. É exercido pela área de subscrição de cada ramo de seguro comercializado pela Seguradora, através de políticas e procedimentos, observando os requisitos regulamentares específicos.

O maior risco, entretanto, é o de haver frequência e/ou severidade de sinistros, cujo montante de indenizações ultrapasse o limite que a capacidade econômica da Seguradora pode suportar.

Como forma de reduzir esse risco, sem ter de diminuir o seu volume de negócios, a Seguradora transfere boa parte dele para instituições financeiras de grande porte denominadas "resseguradoras". Tal mecanismo de transferência de risco é chamado de "resseguro" e pode ser utilizado caso a caso e/ou para carteiras, através de contratos facultativos e automáticos, respectivamente.

Há uma política de resseguro definida, revisada no mínimo anualmente. Para essa definição, são considerados riscos a ressegurar, listas de resseguradoras e graus de concentração.

Os contratos de resseguro consideram coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas para reduzir a exposição da Seguradora da forma mais adequada.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro

<u>Data de aviso/cadastro</u>	<u>DEZ/13</u>	<u>DEZ/14</u>	<u>DEZ/15</u>	<u>DEZ/16</u>	<u>DEZ/17</u>	<u>DEZ/18</u>	<u>Total geral</u>
Até um ano	-	-	-	-	-	14.940	14.940
Após um ano	-	-	-	-	5.258	-	5.258
Após dois anos	-	-	-	2.705	-	-	2.705
Após três anos	-	-	552	-	-	-	552
Após quatro anos	-	140	-	-	-	-	140
Após cinco anos	57	-	-	-	-	-	57
Total geral	<u>57</u>	<u>140</u>	<u>552</u>	<u>2.705</u>	<u>5.258</u>	<u>14.940</u>	<u>23.652</u>

Provisões de sinistros

a liquidar- DPVAT	<u>1.961</u>
Total do passivo	<u>25.613</u>

Sinistros administrativos - líquido de resseguro

<u>Data de aviso/cadastro</u>	<u>DEZ/13</u>	<u>DEZ/14</u>	<u>DEZ/15</u>	<u>DEZ/16</u>	<u>DEZ/17</u>	<u>DEZ/18</u>	<u>Total geral</u>
Até um ano	-	-	-	-	-	4.366	4.366
Após um ano	-	-	-	-	577	-	577
Após dois anos	-	-	-	215	-	-	215
Após três anos	-	-	43	-	-	-	43
Após quatro anos	-	2	-	-	-	-	2
Após cinco anos	10	-	-	-	-	-	10
Total geral	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>43</u>	<u>215</u>	<u>577</u>	<u>4.366</u>	<u>5.213</u>

Provisões de sinistros

a liquidar- DPVAT	<u>1.961</u>
Total líquido de resseguros	<u>7.174</u>

Sinistros judiciais - bruto de resseguro

<u>Data de aviso/cadastro</u>	<u>DEZ/14</u>	<u>DEZ/15</u>	<u>DEZ/16</u>	<u>DEZ/17</u>	<u>DEZ/18</u>	<u>Total geral</u>
Até um ano	-	-	-	-	100	100
Após um ano	-	-	-	64	-	64
Após dois anos	-	-	833	-	-	833
Após três anos	-	2.899	-	-	-	2.899
Após quatro anos	300	-	-	-	-	300
Total geral	<u>300</u>	<u>2.899</u>	<u>833</u>	<u>64</u>	<u>100</u>	<u>4.196</u>
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT						<u>8.523</u>
Total do passivo						<u>12.719</u>

Sinistros judiciais - líquido de resseguro

<u>Data de aviso/cadastro</u>	<u>DEZ/14</u>	<u>DEZ/15</u>	<u>DEZ/16</u>	<u>DEZ/17</u>	<u>DEZ/18</u>	<u>Total geral</u>
Até um ano	-	-	-	-	30	30
Após um ano	-	-	-	19	-	19
Após dois anos	-	-	87	-	-	87
Após três anos	-	580	-	-	-	580
Após quatro anos	60	-	-	-	-	60
Total geral	<u>60</u>	<u>580</u>	<u>87</u>	<u>19</u>	<u>30</u>	<u>776</u>
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT						<u>8.523</u>
Total do passivo						<u>9.299</u>

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da provisão de sinistros a liquidar.

c) Risco Operacional

Em conformidade com o item “v. Risco Operacional” a estrutura de gestão do Risco Operacional do Conglomerado Fator está centralizada na Área de Controles Internos & Risco Operacional, sendo a Seguradora parte deste conglomerado e do sistema de gestão.

d) Riscos Financeiros

Os negócios de seguros estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A natureza e o gerenciamento desses riscos estão descritos abaixo.

O quadro a seguir analisa os ativos mantidos pela Seguradora, por tipo de contrato, e proporciona uma visão panorâmica da exposição ao risco financeiro:

31 de dezembro de 2018						
Aplicações Financeiras	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ mercado	%	Taxa de juros contratada
I. Títulos para negociações	102.476	506	241.356	344.338	100%	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	182.036	182.036	52,87%	100% SELIC
Fundo de Investimento – DPVAT	95.424	-	-	95.434	27,71%	-
Fundos exclusivos	7.052	506	59.320	66.878	19,42%	-
Fundo de Renda Fixa	7.052	-	-	7.052	10,54%	CDI
Debêntures	-	506	-	506	0,76%	CDI+3,32%
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	20.233	20.233	30,25%	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	-	-	18.758	18.758	28,05%	Taxa Pré 6,96% a.a.
Notas do Tesouro Nacional	-	-	20.329	20.329	30,40%	IPCA
Total	<u>102.476</u>	<u>506</u>	<u>241.356</u>	<u>344.338</u>	<u>100%</u>	
31 de dezembro de 2017						
Aplicações Financeiras	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ mercado	%	Taxa de juros contratada
I. Títulos para negociações	89.790	167	186.240	276.417	88,81%	
Letras Financeiras do Tesouro	-	167	161.102	161.269	51,82%	100% SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	25.358	25.358	8,15%	IPCA
Fundo de Investimento – DPVAT	89.790	-	-	89.790	28,85%	-
Fundos exclusivos	-	1.381	33.436	34.817	11,18%	
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	1.381	0,44%	105,25% CDI
Debêntures	-	-	510	510	0,16%	CDI+3,32%
Letras do Tesouro Nacional	-	-	16.836	16.836	5,41%	Taxa Pré 6,88% a.a.
Notas do Tesouro Nacional	-	-	16.090	16.090	5,17%	IPCA
Total	<u>89.790</u>	<u>1.548</u>	<u>219.896</u>	<u>311.234</u>	<u>100%</u>	

e) Risco do Negócio

Produtos de seguros comercializados pela Seguradora tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apoiam; por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco do negócio

A Seguradora define o valor de sua carteira de investimentos e delega a gestão desta carteira à FAR, empresa de gestão de recursos de terceiros do Grupo FATOR.

- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado;
- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas.
- A Seguradora acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

f) Risco de Liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

A Fator Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e
- Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne periodicamente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que, determina a permanência ou a mudança da política de investimentos.